

Groff e Pencaki não estão mais incomunicáveis

Rio — "Eu agradeço a todos, principalmente à imprensa, por ter se conduzido à altura de uma grande nação. As entidades que compõem o comitê pró-diretas agradeço, e aos partidos políticos só tenho a dizer uma coisa: o meu muito obrigado (Danilo Groff)."

"Eu, como membro da Executiva da CUT, me sinto orgulhoso de todas as iniciativas e manifestações de que minha entidade participa. E coloco aqui publicamente, que não me arrependo de nada, e que pretendo sair daqui, direto para as ruas, para continuar ao lado do povo, da organização dos trabalhadores, para dar um fim a esse desgoverno e conquistar uma verdadeira democracia para nosso País". (Maurício Pencaki).

Essas foram as primeiras palavras proferidas pelos dois únicos presos até agora, indicados na Lei de Segurança Nacional, por ofensa à integridade física do Presidente da República, logo após a quebra da incomunicabilidade imposta pela lei de exceção, perante uma comissão de seis membros, composta pelo advogado Nilo Batista, o presidente da Famerj, Almir Paulo de Lima, Isabel Picaluga, do Comitê Pró-Diretas, Eloi Bebeduze, da Executiva da CUT, Ricardo Ribeiro, do Partido Socialista, deputada Jandira Feghali, do PC do B, o candidato do PT/PV, nas últimas eleições a governador, Fernando Gabeira e a representante da imprensa, repórter Marisa Bastos, que ontem estiveram na Polícia Federal.

Desde o início da tarde, era grande o número de sindicalistas, políticos, artistas e populares que foram chegando à Polícia Federal, na Praça Mauá, muitos portando cartazes, a maioria condenando Lei de Segurança Nacional, pedindo "fora Sarney" e "diretas-já".

HABEAS

Deu entrada ontem no Superior Tribunal Militar (STM) outro pedido de habeas corpus em favor de Danilo Groff, detido desde segunda-feira sob a acusação de ter participado da agressão à comitiva presidencial, no dia 25 de junho, no Rio.

O habeas corpus foi impetrado por outro advogado de Danilo, Nilo Batista, que também está atuando na defesa do bioquímico e ex-assessor de Brizola. Os termos do processo não foram fornecidos pelo STM, para que se conhecesse a razão de entrar com outro habeas corpus em favor de Danilo.

O primeiro habeas corpus impetrado teve o seu pedido de liminar negado pelo presidente em exercício do STM, ministro Paulo César Cataldo. Em seu despacho, o ministro negou a liminar por entender que o habeas corpus só poderia ser concedido mediante maiores informações da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. As informações solicitadas na quinta-feira aos dois órgãos, deverão ser encaminhadas ao Tribunal num prazo de cinco dias úteis, por estar Groff enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Normalmente o prazo para a entrega dessas informações é de 48 horas.

BRIZOLA

O encaminhamento da interpeção judicial solicitada pelo ex-governador Leonel Brizola, através do advogado Wilson Mirza, só será decidido em agosto, na primeira sessão pública de distribuição de processos. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rafael Mayer, deixou para sortear o relator do processo somente em agosto por entender que não se trata de matéria urgente.

Brizola quer que o presidente José Sarney confirme perante a Justiça a acusação que fez contra o ex-governador, ao afirmar que "Isso é coisa de Brizola", sobre o incidente ocorrido dia 25 último no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, que culminou com o apedrejamento do ônibus que transportava o presidente e sua comitiva.

Se o Supremo decidir notificar o presidente da República para que ele confirme ou negue a declaração a ele atribuída pelo deputado Koyu Iha (PMDB/SP), Sarney terá um prazo de 48 horas para se retratar, a partir do momento em que receber a notificação.

CNBB: o quadro é grave

As manifestações contrárias ao presidente José Sarney, ocorridas no dia 25 passado, no Rio de Janeiro, "vêm agravar a situação diante de um quadro sócio-político-econômico já tenso, permeado por demissões em massa, aumento assustador dos índices de desemprego, baixas significativas no poder aquisitivo da população. "A análise foi publicada no boletim "Notícias", da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Para a CNBB, dados como estes "dão uma rápida visão de como se configura o quadro conjuntural: uma situação econômica caótica e um quadro político confuso." Ainda segundo o boletim, o que está ocorrendo no País "são ameaças à nova Constituição face aos avanços conquistados até agora na área social, especificamente no que concerne à garantia dos direitos dos trabalhadores".

A CNBB entende que para o atual governo, "que pretendia ser transição, lhe falta legitimidade e competência para encaminhar o processo para a real democracia. "A Igreja critica a "busca de formas amacrônicas de promover a manutenção do poder".

Entre estas formas, a CNBB destaca a volta ao FMI e a utilização das manifestações ocorridas no Rio de Janeiro "para trazer à baila novamente a famosa Lei de Segurança Nacional, que grande parte da população jamais poderia suportar compatível com os ideais vividos em tempos de Nova República".

A possibilidade de um retrocesso político não foi descartada pela CNBB. "Fica a sensação incômoda e o fantasma do retrocesso se aproxima a passos largos. A desintegração política agora teria consequências desastrosas para a sociedade brasileira", alerta o boletim da CNBB.

Presidente: Violência é de grupos

No programa semanal "Conversa ao pé do rádio", ontem, o presidente José Sarney atribuiu a agressão que sofreu no Rio de Janeiro, no último dia 25, à ação de "grupos de violência, incapacitados para a vida democrática, que já levaram o Brasil a 20 anos de exceção". Segundo o presidente esses grupos voltam a agir com o objetivo de "desestabilizar o País, atropelar a democracia que nós estamos desejando consolidar com tanto esforço, com a ajuda do povo brasileiro e com a convivência de muitos sacrifícios que temos tido com os problemas econômicos que se somaram aos nossos problemas políticos".

"Ninguém mais do que eu tem sido tolerante e muitas vezes acusado pela minha paciência", continuou Sarney afirmando que tem absoluta consciência de que tem feito um governo sério, e tido preocupação permanente com a dignidade do cargo que exerce. "Nunca fiz mal a ninguém e nunca utilizei o poder para qualquer medida de força. Posso dizer, que eu nunca cravei, por meu desejo, como disse um grande estadista, espinho no peito de ninguém", prosseguiu o presidente.

Ainda sobre o incidente do Rio de Janeiro, o presidente Sarney ressaltou "a repulsa e a solidariedade" recebida pelo povo carioca, que agradeceu, e disse referindo-se às agressões: "Eu sei que gestos desta natureza não são o espírito da Cidade Maravilhosa, o espírito do Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro é a síntese de todas as cidades do Brasil. Pelo seu lado acolhedor, pelo seu lado humano, pelo seu lado aberto".

— Portanto — concluiu Sarney — quem age assim é um arrivista no Rio de Janeiro, não é jamais uma pessoa que possa exprimir o espírito do Rio de Janeiro.

E continuou afirmando que essas cenas de "vandalismo" voltaram a ocorrer nos ônibus e nos saques com o problema da decretação, por um juiz, do aumento das tarifas de ônibus. "Portanto nós estamos vendo que são tempos difíceis. Mas o mundo de hoje não é um mundo de soluções fáceis".

— De minha parte — disse o presidente, continuo firme no meu caminho. Cuidando, trabalhando e determinado a não permitir a desordem. Continuarei cumprindo o meu dever. Sem medo, sem ressentimento, mas seguro dos meus deveres.

Brossard: até CUT pede para aplicar LSN

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, recebeu há dois dias, um telex curioso, assinado pela CUT regional da Grande Porto Alegre, exigindo o enquadramento do assalto da agência do Banco do Brasil, em Salvador, no ano passado, como crime político. Ou seja, na Lei de Segurança Nacional.

O telex foi mostrado pelo ministro, ao defender a atual Lei de Segurança, segundo ele, totalmente diferente da de 1969, que "era extremamente dracônica e violenta". O ministro considera a lei atual "razoável" e disse que "ela não incomoda ninguém".

— Acho que os civis deveriam ser julgados por civis, respeitando um princípio fundamental da jurisdição da especialização", disse o ministro. Ele afirmou, entretanto, que não lhe cabe decidir sobre a aplicação dessa ou daquela lei. — Eu não aplico a lei, mas o juiz tem de cumpri-la, ainda que não gostemos dela".